

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL: reflexões sobre a avaliação

Michely Jabala Mamede Vogel (USP)

michelyvogel@gmail.com

Ed Christiaan Noijons (Universidade de Leiden)

noijons@cwts.leidenuniv.nl

Nair Yumiko Kobashi (USP)

nairkobashi@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: Políticas de pesquisa

MODALIDADE: apresentação oral

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos neste trabalho a análise de aspectos da avaliação da pós-graduação no país, tendo como objetivo contribuir para aprimorá-los. Nessa perspectiva, problematizamos tópicos relativos à produção científica, às características do Web Qualis, à avaliação de livros e parâmetros e conceitos novos, introduzidos pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na política de indução e fomento à pós-graduação. Referimo-nos a termos como *nucleação*, *solidariedade entre os cursos*, *interdisciplinaridade*, *impacto social*, *expansão da cooperação internacional*, *combate às assimetrias* entre outros. Iniciamos com uma breve contextualização da avaliação para passar à sua problematização, tendo como pano de fundo o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011-2020). Os dados da pesquisa foram coletados em documentos das áreas de avaliação da CAPES, cuja análise indica a necessidade de adoção de indicadores quali-quantitativos apoiados em terminologia consensuada de modo a subsidiar com maior rigor as políticas de pesquisa e avaliação da pós-graduação.

2 CONTEXTO DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

A avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* foi implantada no país entre 1976 e 1977 para acompanhar a “evolução quantitativa e detectando os níveis de qualidade, problemas e carências desses programas” (SOUZA e PAULA, 2002, p.7). As autoras destacam que:

Esse sistema apoiou-se na orientação e princípios básicos do I Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG), no qual se explicitava a preocupação com a regulamentação da expansão do sistema de cursos, a manutenção do padrão de qualidade, a qualificação docente das instituições de ensino superior, a eficiente alocação de recursos públicos e o estabelecimento de

um fluxo permanente de informações que permitissem aos órgãos públicos a operacionalização de estratégias e a fixação de prioridades (SOUZA e PAULA, 2002, p.7).

Diferentes Planos têm contribuído para esse aprimoramento (I PNPG (1975-1979); II Plano (1982- 1985); O III Plano (1986-1989); O IV Plano não promulgado); o V Plano, 2005-2010), até a edição, em 2010, do PNPG 2011-2020. (PNPG 2011-2020, p.15-16). Segundo a Capes,

Os cinco Planos foram protagonistas de cinco importantes etapas na história da pós-graduação brasileira: 1) a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2) a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3) a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4) a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5) a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação. (BRASIL c, p.16)

À avaliação compete promover a busca de padrões de excelência. Os resultados da avaliação são, por sua vez, a base da formulação de políticas de pós-graduação e de dimensionamento das ações de fomento (BRASIL a, s.d.). Para Balbachevsky (2005, p. 276), o sistema de avaliação foi responsável pelo crescimento quantitativo e qualitativo da pós-graduação: “A realização periódica dessa avaliação permitiu vincular o apoio oficial ao desempenho dos programas e terminou por estabelecer um padrão mínimo de qualidade acadêmica para os programas” (BALBACHEVSKY, 2005, p. 276).

A avaliação passou a ser trienal em 1998 (BRASIL, s.d.), compreendendo o acompanhamento anual e a avaliação trienal dos programas. A avaliação, é feita por Área, por comissões de consultores escolhidos pela CAPES, lideradas pelos Coordenadores de Área, como segue:

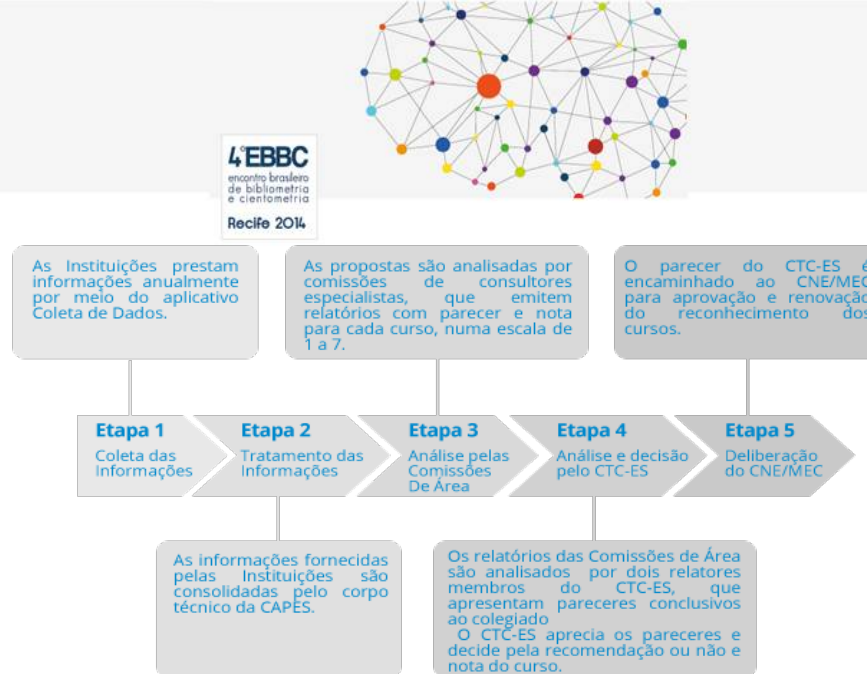


Figura 1 - Fluxo da Avaliação trienal. Fonte: <http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/home-page/sobre-a-trienal> Acesso em 23 jan. 2014

Por meio desse processo delibera-se sobre a recomendação ou não dos Programas, obtendo-se, ainda, um retrato da pós-graduação no triênio, considerado importante para subsidiar as políticas científico-acadêmicas para o SNPG.

3 PROBLEMATIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

O PNPG 2011-2020 apresenta as seguintes prioridades: 1) expansão SNPG, com primazia na qualidade, quebra da endogenia e redução de assimetrias; 2) criação de uma nova agenda nacional de pesquisa; 3) aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I; 4) valorização da multi e interdisciplinaridade; 6) apoio à educação básica, especialmente ao ensino médio. Chama a atenção a introdução de conceitos qualitativos como *nucleação*, *solidariedade entre os cursos*, *interdisciplinaridade*, *impacto social*, *expansão da cooperação internacional*, *combate às assimetrias*. A estratificação de periódicos, a avaliação de livros e a valorização do mestrado profissional introduzem também novas questões para reflexão.

3.1 ESTRATIFICAÇÃO DE PERIÓDICOS E CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A avaliação da produção científica tem importância fundamental na qualificação dos programas. O Quadro 1 descreve os critérios de classificação de periódicos adotados pelas 48 áreas de avaliação, conforme <http://capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas>.



Grande Área	Área	Indicadores bibliométricos	Presença em BDs	Outros critérios
Ciências Exatas e da Terra	Matemática / Probabilidade e Estatística	IF, ML	-	-
	Ciência da Computação	IF, H	-	-
	Astronomia / Física	IF	-	-
	Química	IF	-	-
	Geociências	IF	Sim	Sim
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas I	IF	-	-
	Ciências Biológicas II	IF	-	-
	Ciências Biológicas III	F	-	-
	Biodiversidade	IF + H	Sim	Sim
Engenharias	Engenharias I	IF	Sim	Sim
	Engenharias II	IF	Sim	Sim
	Engenharias III	IF	Sim	Sim
	Engenharias IV	IF, H	Sim	-
Ciências da Saúde	Medicina I	IF	Sim	-
	Medicina II	IF, CpD	Sim	-
	Medicina III	IF, CpD	Sim	-
	Nutrição	IF, H	Sim	-
	Odontologia	IF, CpD	Sim	-
	Farmácia	IF, H	Sim	-
	Enfermagem	IF, H, Cuiden	Sim	-
	Saúde Coletiva	IF, H, CpD	Sim	-
	Educação Física	IF	Sim	-
Ciências Agrárias	Ciências Agrárias I	IF	Sim	-
	Zootecnia / Recursos Pesqueiros	IF	Sim	-
	Medicina Veterinária	IF	Sim	-
	Ciência de Alimentos	IF, SJR	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	Direito	-	Sim	Sim
	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	IF, H	Sim	Sim
	Economia	CLh	-	-
	Arquitetura e Urbanismo	-	Sim	Sim
	Planejamento Urbano e Regional / Demografia	-	Sim	Sim
	Ciências Sociais Aplicadas I	-	Sim	Sim
	Serviço Social	-	Sim	Sim
Ciências Humanas	Filosofia / Teologia	-	Sim	Sim
	Sociologia	-	Sim	Sim
	Antropologia / Arqueologia	-	Sim	Sim
	História	-	-	Sim
	Geografia	H	-	-
	Psicologia	-	Sim	Sim
	Educação	-	Sim	Sim
	Ciência Política e Relações Internacionais	IF, SJR	Sim	Sim
Linguística, Letras e Artes	Letras / Linguística	-	Sim	Sim
	Artes / Música	-	-	Sim
Multidisciplinar	Interdisciplinar	IF, SJR, Q	Sim	-
	Ensino	IF	Sim	Sim
	Materiais	CpD	Sim	-
	Biotecnologia	IF	-	-
	Ciências Ambientais	Q, JCR	Sim	Sim

Quadro 1 - Critérios utilizados para classificação de periódicos para integrar o WebQualis, sendo: IF= Fator de Impacto; H= Índice H; MD= Meia-vida; CPD=Citações por Documento ; CLh= Índice Scielo; Q= Índice CAPES; Cuiden= Bases de Dados Cuiden, conforme informado pelos documentos de área da capes. Fonte: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas> Acesso: 10 dez. 2013. (Quadro elaborado pelos autores).



O Quadro 1 mostra os critérios adotados: indicadores bibliométricos produzidos pela Web of Science, presença em Bases de dados como Scielo, Scopus ou em diferentes Catálogos e Diretórios ou mesmo o critério de reputação.

No Quadro 2 tem-se a classificação dos Anais da Academia Brasileira de Ciências (impresso) – ISSN: 0001-3765, no WebQualis.

CL	ÁREA
A1	Interdisciplinar
	Engenharias III
A2	Planejamento Urbano e Regional / Demografia
	Geografia
	Ciências Ambientais
	Biodiversidade
	Engenharias IV
	Antropologia / Arqueologia
	Ensino
B1	Medicina Veterinária
	Engenharias I
	Educação Física
	Geociências
	Zootecnia / Recursos Pesqueiros
	Psicologia
	Engenharias II
	Nutrição
	Ciências Sociais Aplicadas I
	Ciências Agrárias I
	Enfermagem

CL	ÁREA
B2	Ciência da Computação
	Farmácia
	Medicina I
	Medicina II
	Ciência de Alimentos
	Química
	Saúde Coletiva
	Matemática / Probabilidade e Estatística
	Medicina III
	Economia
	Materiais
B3	Ciências Biológicas I
	Ciências Biológicas II
	Astronomia / Física
	Biotecnologia
B4	Ciências Biológicas III

Quadro 2 - Classificações de um mesmo título de periódico no WebQualis.

Este quadro exemplifica as diferenças que resultam da atribuição de valor a um periódico pelas áreas. Considerando-se um dos eixos do PNPG 2011-2020, a *Interdisciplinaridade*, é necessário considerar os impactos que tal variação pode ter em relação a esse aspecto. A incorporação do princípio da interdisciplinaridade, por diferentes áreas, talvez requeira um desenho mais uniforme da estratificação do WebQualis. Esse é um fato verdadeiro, ao menos para a Ciência da Informação, cujas pesquisas atravessam domínios variados, sendo comum a presença de sua produção em periódicos de diferentes campos.

Os critérios de avaliação de livros adotados pelas áreas também merecem reflexão:



Áreas que avaliam livros	
1.	Administração/Ciências Contábeis/Turismo
2.	Antropologia
3.	Arquitetura/Design
4.	Artes-Música
5.	Biotecnologia
6.	Ciência da Computação (<i>ad hoc</i>)
7.	Ciência de Alimentos (<i>ad hoc</i>)
8.	Ciência Política
9.	Ciências Ambientais
10.	Ciências Biológicas I (<i>ad hoc</i>)
11.	Ciências Biológicas III
12.	Ciências Sociais Aplicadas
13.	Direito (não apresenta ficha)
14.	Economia
15.	Educação
16.	Educação Física
17.	Engenharias III (<i>ad hoc</i>)
18.	Engenharias IV (<i>ad hoc</i>)
19.	Ensino
20.	Farmácia
21.	Filosofia
22.	Geociências
23.	Geografia
24.	História
25.	Interdisciplinar

26.	Letras/Linguística
27.	Nutrição
28.	Planejamento Urbano e Regional
29.	Psicologia
30.	Química (<i>ad hoc</i>)
31.	Saúde Coletiva
32.	Serviço Social
33.	Sociologia

Áreas que não avaliam livros

1.	Astronomia/Física
2.	Biodiversidade
3.	Ciências Agrárias I
4.	Ciências Biológicas II (prod. técnica)
5.	Enfermagem (prod. técnica)
6.	Engenharias I
7.	Engenharias II
8.	Matemática
9.	Materiais
10.	Medicina I
11.	Medicina II
12.	Medicina III
13.	Medicina Veterinária
14.	Odontologia
15.	Zootecnia

Quadro 3 – Avaliação de livros pelas diferentes áreas

Os dados mostram que 33 áreas avaliam livros e 15 não os avaliam ou os incluem em produção técnica. A maioria adota o Roteiro para Classificação de Livros (Documento aprovado na 111a. Reunião do CTC de 24 de agosto de 2009). Algumas, porém, o fazem de forma própria (*ad hoc*), sem recorrer ao Roteiro como parâmetro. Os livros não têm o mesmo peso da avaliação de artigos, que é universalizada nas 48 áreas, universalização que decorreu da indução promovida pela agências de fomento. No entanto, os dados mostram que os livros são produção intelectual importante no espaço da pós-graduação. Não por acaso, a avaliação é feita em quase 70% das áreas. É, porém, um processo árduo, com inúmeros aspectos qualitativos a serem considerados, como exposto no Roteiro proposto pela Capes.

Ao considerar a avaliação, em sentido amplo, surgem outros problemas. Por exemplo, os termos *nucleação*, *solidariedade*, *interdisciplinaridade*, *impacto social*, *expansão da cooperação internacional*, *combate às assimetrias* podem receber interpretações diversas. Quais são os significados atribuídos pelas diferentes áreas ao termo *internacionalização*? Quais são os indicadores qualitativos e quantitativos utilizados na avaliação desse e de outros

aspectos? Uma terminologia mais clara conferirá, certamente, maior consistência à avaliação qualitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos das áreas de avaliação da CAPES mostra que coexistem concepções variadas sobre os critérios de avaliação de Programas de Pós-graduação. A variação se manifesta na estratificação de periódicos, na classificação de livros, na compreensão de conceitos (*interdisciplinaridade, nucleação, solidariedade*, entre outros). O que os diferentes programas entendem por *internacionalização* e como a avaliam? Como os consultores que participam das avaliações trienais compreendem esses conceitos? O que de fato pode ser incluído como indicador de *solidariedade*? O que pode e deve ser incluído no conjunto das atividades de *intervenção na educação básica*, tendo em vista a diversidade das formas de atuação e de construção de conhecimento pelos atores dos campos científicos? Como obter parâmetros consensuais para avaliar os vários aspectos dos programas, tais como Infraestrutura, Proposta de programa, Corpo docente, Produção intelectual, Inserção Social e Internacionalização?

É esta preocupação que conduziu à pesquisa em curso sobre a sistematização terminológica do processo de avaliação. Um sistema conceitual consensuado, (SAGER, 1990) nascido da análise de conteúdo (KRIPPENDORFF, 1990) dos documentos das áreas e submetido à discussão dos programas poderá contribuir para aprimorar o processo. Uma terminologia compartilhada confere densidade aos indicadores e, em decorrência, pode promover a elaboração de políticas de ciência em consonância com os objetivos do Sistema Nacional de Pós-Graduação: construção de novos conhecimentos, formação de docentes, pesquisadores e pessoal técnico qualificado, enfim, para que a pós-graduação possa contribuir efetivamente para o fortalecimento das políticas públicas do país.

REFERÊNCIAS

- BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.275-304.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Competências**. Brasília, s.d. Disponível em <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/institucional>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Qualis Periódicos**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 28 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. Brasília: Coordenação de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 2010. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ISO 704. **Terminology work – principles and methods**. 2nd ed. Genève: International Standard Organization, 2000.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido: teoría y práctica**. Barcelona: Paidós, 1990.

SAGER, J. C. **A practical course in terminology processing**. Philadelphia: John Benjamins, 1990.

SOUZA, Elaina Pereira de; PAULA, Maria Carlota de Souza. Qualis: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação Capes. **Infocapes**, Brasília, v.10, n.2, p.6-24, abr./jun. 2002.